

ORDENAMENTO ESPACIAL EM RONDÔNIA: DE TERRITÓRIO A ESTADO
EL ORDENAMIENTO ESPACIAL EN RONDÔNIA: DE TERRITORIO AL ESTADO
SPACE PLANNING IN RONDÔNIA: FROM TERRITORY TO STATE

Sheila Castro dos Santos

sheila1705@gmail.com

Doutoranda em Geografia/UFPR

Carlandio Alves Da Silva

carlandioalvesdasilva@gmail.com

Bacharelado em Geografia/UNIR

Salete Kozel

skozel@ufpr.br

Professora Doutora do Departamento de Geografia e do PPGG/UFPR

Adnilson Almeida Silva

adnilsonn@gmail.com

Professor Doutor do Departamento de Geografia e do PPGG/UNIR

Resumo: Este artigo evidencia a aplicação de projetos públicos que foram utilizados pelo Estado para o ordenamento espacial realizado em Rondônia com o objetivo de ocupar e utilizar, de forma, ordenada a terra; esta leitura sobre essa dinâmica espacial é ancorada nas abordagens de Santos (1997) e Coy (1984, 1987, 1988), que mostram o papel do Estado como “planificador” do espaço, e também demonstram a importância de todo o processo da recente ocupação em Rondônia, em decorrência da aplicação de planejamento desenvolvimentista por meio de ações de infraestruturas realizadas nos últimos anos. Conjuntamente com esses tem-se Fischer (2008), o qual utiliza o conceito de ordenamento espacial, supondo a existência de projeto social com objetivos coletivos, imperativos econômicos e necessidades sociais gestados por órgãos estatais e evidenciados por políticas públicas.

Palavras-chave: Ordenamento. Microrregiões. Planejamento. Território.

Resumen: Este artículo evidencia la aplicación de los proyectos públicos que fueron utilizados por el Estado para la planificación espacial celebrada en Rondônia con el objetivo de ocupar y utilizar el ordenamiento de la tierra; esta lectura acerca de esta dinámica espacial está anclada en los planteamientos de Santos (1997) y Coy (1984, 1987, 1988), que nos muestran el papel del estado como "Planificador" del espacio y también demuestran la importancia del proceso de la ocupación reciente en Rondônia, debido a la aplicación de un desarrollo de planificación por medio de acciones e infraestructuras realizadas en los últimos años. Conjuntamente con esos tenemos Fischer (2008), lo cual utiliza el concepto de ordenamiento espacial, suponiendo la existencia de proyecto social con objetivos colectivos, imperativos económicos y las necesidades sociales, gestados por los órganos estatales y evidenciados por las políticas públicas.

Palabras clave: Ordenamiento. Microrregiones. Planificación. Territorio

Abstract: This article evidences the use of public concern projects by the State as instruments for spatial planning held in Rondônia in shape to occupy and organize the land

use; this comprehension about spatial dynamics is anchored in Santos (1997) and Coy (1984, 1987, 1988) theories, that indicate the state's role as "planner" of space, and also demonstrate the importance of all the recent process occupation in Rondônia, due to the application of a development planning through actions and infrastructure made in recent years. Together with these authors there is Fischer (2008), which uses the concept of spatial planning, assuming the existence of social projects with collective goals, economic imperatives and social needs gestated by state agencies and evidenced by public policies.

Keywords: Spatial Planning. Microregions. Planning. Territory.

INTRODUÇÃO

Neste artigo a abordagem do conceito de ordenamento espacial é compreendida pela existência de um projeto social, o qual em seus objetivos o Estado-nação busca o equilíbrio entre os fatores econômicos e sociais, como forma de promover o desenvolvimento, conforme assegura Fischer (2008, p.82):

[...] o ordenamento é uma ação global com múltiplas facetas, não se pode referir a um tempo particular, mas deve ser tomado, simultaneamente em conta, uma 'multitude de tempo' que se justapõe, se interpenetram e se sucedem as projeções, as previsões, as análises de tendências, as interações são necessárias mas não suficientes. É necessário seguir os encaminhamentos jusante-montante de maneira a compreender as consequências por um raciocínio dedutivo, assim como os encaminhamentos jusante-montante para descobrir as condições por um raciocínio indutivo (FISCHER, 2008, p. 82).

Com essa perspectiva de projetos que se justapõem, o ordenamento espacial em Rondônia teve sua configuração inicial, dentro de um eixo estruturante do Governo Federal, o qual tinha como finalidade a ocupação, o uso ordenado da terra e com isso a utilização dos recursos de primeira natureza para serem explorados, ao tempo em que transferia a problemática social e econômica de outras regiões do país para a Amazônia (KOHLHEPP, 2002, p.37).

Destarte, Santos (1997, p.1) afirma que todo: "espaço assim definido seja considerado como um fator da evolução social, não apenas como uma condição". Com essa afirmativa compreende-se a dinâmica social imposta para produzir o espaço que hoje é denominado Rondônia é resultado de um processo, no qual a região saí de uma condição de "vazio demográfico" e de economia estagnada para se tornar uma "economia de fronteira" (BECKER, 2001, p.135).

Para este feito havia a necessidade primeva de colonizar o espaço amazônico. No governo de Costa e Silva foi colocada em prática a ação voltada à ocupação estratégica e

organizada da Amazônia brasileira e criou-se o GTINAM¹, posteriormente a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, em 1967. Com o decorrer do tempo surgiram outras necessidades que deveriam ser sanadas por novos planos estatais.

Neste âmbito, foram desenvolvidos medidas e projetos que propiciaram a vinda de colonos, estimulados a participarem da aplicação dos projetos políticos desenvolvidos e ordenados pela estrutura estatal. No entanto, a maior parte dos projetos foi desenvolvida com o olhar exógeno a região, exemplo dos programas como o Programa Nacional de Integração – PIN, o qual representa o ponto de partida da ocupação atual do espaço rondoniano (COY, 1988, p. 171), o POLONOROESTE², o PDRI³ e o PLANAFLORO⁴, que tiveram sua aplicação por meio dos Projetos de Integrados de Colonização - PICs, Projetos de Assentamentos Dirigidos – PADs, conjuntamente com a abertura de estradas e a formação dos Núcleos Urbanos de Apoio Rural – NUARs, os quais foram

[...] pequenas localidades urbanas dentro do espaço rural, para um total de cerca de 1.000 famílias de camponeses. Foram previstos a instalação de 39 NUARs, contudo até 1984 só haviam sido implantados 20. [...] fundado sobre a ideia de melhorar as condições de vida da população rural, aperfeiçoando assim a infra estrutural rural e intensificando a assistência (COY, 1988, p. 187).

Estes NUARs foram importantes, visto que em quase sua totalidade foram transformados em sedes de municípios ainda no final do século XX. Foram ações que possibilitaram a ocupação do espaço amazônico, planejadas pelo Estado e que tomaram caminhos heterogêneos, pois em sua execução houve a necessidade de verificar as diferenciações entre áreas para que a aplicação fosse desenvolvida. Neste sentido,

O papel do Estado como “planificador” do espaço foi de grande importância durante todo o processo da recente ocupação de Rondônia. Foi o próprio Estado, como mostramos antes, que desencadeou este processo. No entanto, sua ação foi

¹ Grupo de Trabalho para a Integração da Amazônia, criado com a finalidade básica de proceder a estudos, sugerir medidas e adotar providências, tendo em vista definir e traçar normas de execução da política objetiva do Governo Federal no tocante a efetivação ocupação e povoamento orientado da região amazônica, notadamente quanto aos espaços vazios e zonas de fronteiras (LIMA, 1969, p. 24).

² Programa de Desenvolvimento Integrado para o Noroeste do Brasil, desde 1981 constitui a ação governamental de maior expressão no campo rondoniano. O programa, um dos maiores do seu gênero no Brasil inteiro, iniciado pelo último governo militar, tem o apoio financeiro do Banco Mundial que exerceu, de maneiras diferentes, também influência na concepção do programa (CEPARO 1983, WORLD BANK, 1981 *apud* COY, 1987, p. 262).

³ Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado, com o objetivo essencial de consolidar a situação nas zonas de colonização existentes em Rondônia. As metas são, portanto, orientadas, pelo menos em nível da concepção em direção às necessidades fundamentais dos camponeses interessados. A medida central do PDRI-RO é a instalação de “Núcleos Urbanos de Apoio Rural” (NUAR) (COY, 1988, p.185).

⁴ Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia – PLANAFLORO - foi aprovado em março de 1992, com o objetivo geral de “implantar uma abordagem mais aperfeiçoada para o manejo, a conservação e o desenvolvimento dos recursos naturais do Estado”, em acordo com o Zoneamento Sócio-Econômico e Ecológico, tratado no Decreto Estadual no 3.782, de 14 de junho de 1988. (RELATÓRIO Nº 8073-BR, 1992).

reduzida nos últimos anos a um planejamento posterior ao desenvolvimento regional acelerado, isto é, o Estado perdeu a iniciativa e, portanto, não domina mais o processo de desenvolvimento [...] Qual é então a “resposta” atual do Estado aos problemas e processos de mudanças na fronteira de Rondônia introduzidos pelos mecanismos inerentes à sociedade brasileira e a seu modelo de desenvolvimento (COY, 1984, p. 184-185).

Desta maneira, o planejamento para a produção do espaço rondoniense foi colocado em prática por meio de um modelo de desenvolvimento voltado para a agropecuária, tendo como consequência o desmatamento. Ocorreu também a intensificação o uso do solo e dos minerais que nele estavam ainda em um pequeno estágio de exploração, quase sem estudos sobre o potencial exploratório durante os anos de ocupação do estado. Soma-se neste contexto, além dos impactos ambientais, os conflitos por posse de terra e a expulsão de populações centenárias (extrativistas) e indígenas com repercussões nacionais e internacionais (ALMEIDA SILVA e LEANDRO, 2010).

A compreensão do ordenamento espacial de Rondônia está alicerçada nos enunciados de Coy (1984,1987,1988), Becker (1994, 2001), Lima (1969), Fischer (2008), Santos (1996 e 1997) e Silva (2007), os quais subsidiaram a compreensão do tema proposto por nós. Essa dinâmica se insere como espaço social e é inseparável de todos os elementos constituintes materializados ou não, logo o espaço é entendido como conjunto, pois ele “constitui uma realidade objetiva, um produto social em permanente processo de transformação”. “O espaço impõe sua própria realidade; por isso a sociedade não pode operar fora dele” (SANTOS, 1997, p.22).

Desse modo, entende-se que naquele momento a organização ocorreu de forma geral no que o Estado acreditava ser a melhor solução para ordenar e estruturar o espaço com uma população que pudesse resistir às intempéries, endemias e todas as mazelas e dificuldades que os aguardavam.

A importância da obra de Coy (1984, 1987 e 1988) foi valiosa para compreensão desta organização espacial, pois trouxe os conceitos de “cidade de fronteira”⁵ e “cidade pioneira”, onde a primeira representa os fluxos migratórios transitórios. Algumas destas pessoas passaram e outros transformaram as cidades em lugar para construir seu lar.

Este autor também se reporta a criação de diversas cidades (NUARs), para consolidação e fiscalização de algum dos PICs e PADs que estivessem com aglomerado

⁵ Coy elabora uma crítica ao espaço urbano utilizado como passagem, em decorrência disso o fluxo de capital passa e vai para os grandes centros do país, como São Paulo e Rio de Janeiro “A cidade de “fronteira” não é local de produção. Sua principal função é ser um local de intercâmbio entre o mundo rural, que fornece os produtos da frente pioneira, e os centros industriais do País, interessados nestes produtos, bem como ao mercado que a frente pioneira representa para o escoamento de sua própria produção. A cidade funciona, portanto, como mediadora entre “centro” e “periferia” (COY, 1984, p. 178).

de pessoas, que necessitassem futuramente de um lote. Ainda evidenciou que alguns donos de lotes deixavam esposa e filhos pequenos e adentravam a floresta para ampliar seu ganho sobre a terra inexplorada. Também houve a ampliação do setor informal com a comercialização de terras, sendo esta uma das vertentes que auxiliam na explicação da configuração da economia ocorrida na organização regional do espaço social de Rondônia, nos anos 1970-1990, principalmente, o qual foi marcada pelas pequenas e médias propriedades rurais.

Lima (1969) foi um pesquisador que participou diretamente como responsável pela análise no Ministério do Interior para ações de implementação do plano de ocupação da Amazônia, desta maneira seu texto revela alguns planos engendrados pelo Estado. Por outro lado, Castro (2009), construiu uma historicização a respeito dos projetos de colonização para Rondônia. Em Stolerman e Castro (2013) percebe-se no cotidiano as transformações ocorridas no ordenamento espacial do Estado, em período mais recente, notadamente com a construção das Usinas Hidrelétricas (UHEs) do Rio Madeira, as quais tiveram grandes impactos ambientais, sociais e econômicos, sobretudo, para as populações ribeirinhas.

O rigor metodológico pretendido por este trabalho foi atendido com a hermenêutica bibliográfica. Este procedimento compete em entendimento dos textos, conduzindo a compreensão do ordenamento implementado pelo Estado.

Para tal, foi necessário entender os projetos de colonização e as formas de execução destes planos realizados em Rondônia, mesmo porque a (re)produção do espaço conduzido pela iniciativa governamental perpassa os projetos de colonização, tais como a criação de cidades, garimpos, abertura de estradas, e atividades intensivas em agropecuária, o que coloca o Estado como um dos maiores produtores e exportadores brasileiros de carne bovina, a partir da segunda metade da década de 1990.

Com o apoio também da iniciativa privada, novas configurações como Porto Graneleiro, o avanço do agronegócio – especialmente da soja - exportações de carnes, piscicultura em larga escala e as construções de complexos hidrelétricos, são alguns dos processos que propiciam a reconfiguração e reordenamento do espaço rondoniense na atualidade.

OS PROJETOS DE COLONIZAÇÃO

O Território Federal de Rondônia, ex-Guaporé, criado pelo Decreto nº 5.812, de 13.09.43, foi constituído de áreas desmembradas dos estados do Amazonas e Mato

Grosso. O Serviço de Patrimônio da União (SPU) e Governo do Território de Rondônia até a promulgação do Estatuto da Terra, Lei nº 4.504, de 30.11.64, foram os órgãos responsáveis pelas concessões de terras no Território de Rondônia, que passou a ser Estado em 1982.

Está situado no sudoeste da Amazônia, na região da fronteira com a Bolívia, localizado na zona de transição entre a bacia Amazônica e o maciço central brasileiro, “entre as florestas tropicais que cobrem a maior parte da região e os campos e cerrados, das savanas arboradas do Brasil central” (COY, 1988, p. 171), possui área de 237.590,547 Km², atualmente sua densidade demográfica é de 6,58 habitantes por km², com população estimada de 1.768.204 pessoas (IBGE, 2015). Possui 52 municípios organizados em duas mesorregiões (Leste Rondoniense e Madeira-Guaporé) e oito microrregiões.

Anterior a essa configuração houve diversas tentativas de organização do espaço rondoniense, o exemplo disso foi o incentivo a migração a partir do ano de 1943, com a criação do Território Federal do Guaporé, o que proporcionou a ocupação efetiva por migrantes oriundos do Nordeste brasileiro. As informações contidas nos relatórios da Assessoria Técnica SEAC/GTR (01/1974), fornecem informações sobre a questão de terras no início do século XX, em que ficou caracterizado que as terras do Território de Rondônia não despertavam interesses a moradores de outras regiões do Brasil, logo a única atividade econômica desse período era o extrativismo vegetal com a borracha *Hevea brasiliensis* e a castanha *Bertholletia excelsa* realizada pelos nordestinos, que foram incentivados pelo Estado a serem os “soldados da borracha”.

Inicialmente em Rondônia, no final da década de 1940 foram implantadas das colônias agrícolas para atender a população de Porto Velho, as quais não atingiram seus objetivos em virtude de várias questões, entre elas a falta de tradição agrícola dos produtores, o que provocou modificações no tamanho do lote e a sucumbência de algumas dessas colônias. Neste processo os lotes correspondiam a 50 hectares e foram reduzidos para 25 ha; este sistema agrícola era considerado pequeno, pois os agricultores levavam em conta a rotação das culturas em solos pouco férteis, que precisavam ser adubados, que na maioria das vezes os agricultores não possuíam condições recursos ou o insumo era difícil ser encontrado no mercado regional. As colônias agrícolas foram implantadas mais de duas décadas antes dos Projetos Integrados de Colonização - PICs, conforme relata Moser (2006, p.83):

Colônia do Iata, em Guajará Mirim em 1948; a Colônia do Candeias, também neste mesmo ano; a Nipo-Brasileira em 1954; a Treze de Setembro, também

1954; a Paulo Leal em 1959; e a Vila de Calama, situada ao longo do Rio Madeira e em que surgiu a do Beiradão, de forma “espontânea”, isto é, os seringueiros se aglomeraram à beira do Rio Madeira devido a pesca e principalmente para ter acesso ao meio de transporte e de comunicação, uma vez, desativados os seringais, ficaram isolados na mata.

Além disso, essas famílias de colonos não dispunham de condições financeiras para aquisição de sementes, nem de transporte para que pudessem realizar a comercialização, de forma que ficavam reféns de atravessadores que atuavam na região. Essa população geralmente produzia arroz, milho, feijão e mandioca para a fabricação de farinha, e algumas vezes conseguia transportar seus produtos para vender nas feiras de Porto Velho e Guajará-Mirim – os dois maiores aglomerados urbanos naquele período - onde conseguia dinheiro para investir na lavoura com a aquisição de equipamento ou para medicamentos ou algum alimento que não produziam.

Ainda que de forma incipiente, as colônias agrícolas foram importantes para dar o suporte de sobrevivência a região, cuja acessibilidade majoritariamente era fluvial, seguida pela ferroviária com a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré – EFMM que ligava Porto Velho à Guajará-Mirim num trecho de 366 quilômetros.

De maneira consistente e programada o processo de colonização como política de Estado para Rondônia ocorre no final dos anos 1960. De acordo com os relatórios do INCRA de 1981, existiam divergências de limites nas fronteiras do Estado do Amazonas e Mato Grosso, o que resultou em conflitos com empresas privadas que detinham documentos que constataavam a posse⁶ da terra, essa prática abrangia ou diminuía os limites do até então Território de Rondônia.

No entanto, nesse íterim não houve cancelamento na expedição títulos provisórios e definitivos a favor de terceiros, ficando as áreas sobrepostas entre si, ou seja, as áreas eram no papel maior do que de fato existiam, o que dificultava o controle do Estado em relação à grilagem de terras.

Como meio de consolidar sua presença sobre o espaço amazônico, o Estado brasileiro buscou a integração com abertura de estradas, posteriormente a colonização, para futuramente abrigar outros planos de infraestruturas com o preenchimento de mão-

⁶ A maior parte desses documentos era fraudada, e quando comprovada a terra retornava ao poder público para dispor dela. O termo grilagem é uma prática realizada por falsificadores, que para dar um aspecto de originalidade nos documentos irregulares criados por eles, ou seja, tivessem aspectos de antigos e com isso lhe proporcionar a validade, os falsários deixavam os papéis em gavetas com grilos, baratas ou até mesmo traças, com as fezes dos insetos e outras ações que levavam a uma coloração amarelada, com isso muitas vezes conseguiram enganar a justiça. Essa ação de grilar terra nada mais é do que a apropriação indevida de terras públicas, através da falsificação de documentos. Várias são os interesses para a existência dessa prática: especulação imobiliária, venda de recursos naturais do local.

de-obra, e um espaço ordenado para que os impactos sejam minimizados e o sucesso possa ser alcançado.

Aglutinando sobre comando único diversas agências governamentais e preservando-lhes as características de ação descentralizadas, o Ministério do Interior dispõe de instrumentos operacionais do porte da SUDENE e da SUDAM, em esforço conjugado ao BND e ao BASA, distendendo, assim sua capacidade de promover o desenvolvimento regional, além do Nordeste e da Amazônia, a diversas áreas geoeconômicas do Brasil, num zoneamento que atinge a quase totalidade dos estados da Federação, através de órgãos de planejamento: SUDEVAP, SUDESU, SUDECO, SUFRAMA, e de outros, de caráter executivo de que são exemplos: DNOS, DNOCS, SUVALE, além de contar no campo da política habitacional, com o BNH, hoje comprovadamente capacitado para gerir as amplas atividades de correção do *déficit* de moradias, em todo o âmbito do território nacional (LIMA, 1969, p.15 *sic*).

O Ministério do Interior comandou diversas agências, superintendências, planos e projetos, voltados às regiões do país que possuíam dificuldades de infraestrutura sócio econômica, urbana e de isolamento como ocorreu em algumas áreas da região amazônica, como é o caso rondoniense.

O Estado criou agências que auxiliaram na implantação e implementação dos projetos, bem como subsidiou por meio de empréstimos e fomentos de desenvolvimento para a iniciativa privada com a finalidade de incentivar e dinamizar a região, de modo que, exigiu a ação estatal no sentido de (re)ordenar o espaço amazônico e rondoniense.

Destarte, criou-se o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) através do Decreto Lei nº 1.110 de 09 de julho de 1970, como autarquia vinculada ao Ministério da Agricultura, passando desde então a ser o órgão federal executor por excelência, tanto da política de desenvolvimento como da reforma agrária do país. Foi esta agência que participou diretamente da distribuição e consolidação de terras em Rondônia.

Entre 1968 e 1970, com a conclusão da BR-029 (atual BR-364, pavimentada em 1983 entre Cuiabá e Porto Velho), Rondônia despertava como o novo Eldorado brasileiro. Pessoas de várias regiões do país colocavam-se em marcha em caminhões, ônibus carros de passeio, em estrada de terra, barro e poeira para chegarem a Rondônia. Quase como uma epopeia seguiam os migrantes que adentravam pela BR 364, os que conseguiam chegar ao seu destino ficavam acampados ao lado da estrada ou na cidade mais próxima esperando que seu nome fosse cadastrado e recebessem do INCRA o tão sonhado lote. Coy (1988, p. 178) denomina estas cidades como “a cidade pioneira” que servirá “desde o começo do processo de ocupação rural de Rondônia, de ‘sala de espera’ para muitos migrantes em busca de uma atribuição de terras na zona rural”.

Se antes da colonização já havia em Rondônia uma série de conflitos que envolviam seringais, mineração, com a perda de territórios dos povos tradicionais e dos indígenas, o problema foi potencializado com a nova realidade a partir do final dos anos 1960 com a ação mais incisiva do Estado. Com a formação de novas frentes de povoamento, ocorreram ocupações espontâneas e desorganizadas das terras da União.

Particulares e representantes de pretensas companhias de colonização, sem qualquer amparo legal, começaram a vender terra, iludiam os migrantes menos esclarecidos, de modo a gerar violentos conflitos entre novos e antigos ocupantes das áreas. Essa situação exigiu a intervenção do Governo Federal através do INCRA, quando cadastrou os imóveis rurais em 1972. A atitude da agência estatal concorreu para intensificar ainda mais o fluxo migratório na década de 1970.

Este fluxo deu-se de forma descontrolada e o INCRA não possuía mais condições de receber novos colonos devido à grande intensidade de migrantes que chegavam à procura de lotes rurais. Além do mais, em projetos como o PIC Ouro Preto⁷ estava em pleno desenvolvimento, porém era necessário viabilizar outros projetos de colonização, conforme atesta Coy (1987, p.255):

[...] o PIC "Ouro Preto", fundado em 1970, tem o referido dinamismo da frente pioneira não só causou ao mesmo tempo sérios problemas ecológicos, não só conduziu a um aumento de diferentes conflitos de terra como levou também, antes de mais nada, a um processo mais silencioso de diferenciação socioeconômica no campo. Essa manifesta-se em diferentes estratégias de uso agrícola dos pequenos produtores, correspondendo, economicamente, a diferentes graus de integração e dependência do mercado e, socialmente, a diferentes estratégias de sobrevivência camponesa. A diferenciação social mostra-se também - e em função do desenvolvimento regional cada vez mais inquietante - em diferentes formas de apropriação da terra: o aumento da venda de lotes por colonos assentados facilita a formação de disparidades dentro da fronteira camponesa pela fragmentação das terras oposta à concentração da propriedade que ocorre simultaneamente, além do fato de que um número crescente dos migrantes se veem impedidos a longo termo de realizarem o objetivo básico da sua migração, a aquisição de terra.

Desta maneira, foram criados posteriormente mais 04 PICs (Sidney Girão, Ji-Paraná, Ribeiro e Padre Adolpho Rohl), assim como 02 PADs (Marechal Dutra e Burareiro) e 04 Projetos Assentamento ou Fundiário (PAs Urupá, Machadinho, Bom Princípio e São Felipe) para atender a demanda dos migrantes – pequenos agricultores para usufruírem a terra. Na atualidade, a maior parte desses agricultores não moram mais nesses projetos, visto que por uma série de motivações comercializaram ou abandonaram as propriedades e deslocaram-se para outras áreas rurais ou cidades, com isso se

⁷ Segundo Cunha (2011) os 07 grandes projetos do INCRA perfaziam um total de 2.665.380 ha, enquanto antes das iniciativas de regularização das terras 5.518.000 estava sob o controle de 13 empresas.

constatam concentrações de terra, logo, a problemática de acesso e permanência continua a desafiar o Estado.

Conforme consta nos relatórios do INCRA (1974, 1981 e 1984), para dar cumprimento ao que previa o referido Decreto do então Instituto Brasileiro de Reforma Agrária – IBRA, atual INCRA, foi o responsável por realizar estudos para a implantação de Projetos de Colonização ao longo das rodovias: Cuiabá - Porto Velho e Abunã – Guajará-Mirim.

Deste modo, a ação do INCRA mostrou-se eficaz no período 1970-2000 em Rondônia no que se refere à distribuição de terras, o que produziu uma reconfiguração territorial marcada por dinâmicas que trouxe “desenvolvimento”, mas que proporcionou também inúmeros conflitos no espaço regional, o que é considerado um fenômeno, em razão do que afirma Becker (1994, p.07):

O rápido movimento de apropriação desse espaço imenso e rico, um dos escassamente povoados no planeta, e a maneira clara e brutal com que aí se desenvolvem os conflitos intrínsecos à sociedade brasileira mobilizaram o debate nacional sobre a Amazônia envolvendo uma forte carga simbólica. A via de desenvolvimento por ela trilhada passou a ser identificada com a do próprio país. [...] A rapidez das transformações e a centralização da informação e da decisão do regime militar que vigorou por 20 anos (1964-1985) dificultaram, contudo, o conhecimento objetivo dos fatos, favorecendo representações simplificadoras sobre a Amazônia.

Para a elaboração de um plano racional de ocupação que obedecesse às condições ecológicas apropriadas da região, estudos aprofundados deveriam ser a premissa nas ações do Estado. Entretanto, na prática as recomendações de estudos eram parcas, o que é criticado por Coy (1987) quando se refere sobre a aplicação dos planos que foram instituídos para minimizar ou extinguir conflitos que ocorriam na região Sul, Sudeste e Nordeste do país, de modo que foram esses foram transferidos para Rondônia, com destaque para o Massacre de Corumbiara ocorrido em 1995.

Com a criação dos projetos de colonização surgiram novas cidades e vilas, como os vilarejos criados devido a exploração do garimpo e do extrativismo já existentes, que passaram a crescer assustadoramente, o que equivale citar o povoado de Vila Nova – atual sede do município de Nova Mamoré - no PIC Sidney Girão; a cidade de Ariquemes nos PADs Burareiro e Marechal Dutra; Jaru no PIC Padre Adolpho Rohl; Ouro Preto d'Oeste e Ji-Paraná no PIC Ouro Preto; Cacoal, Rolim de Moura, Santa Luzia d'Oeste no PIC Ji-Paraná; Colorado D'Oeste e Cerejeiras no PIC Padre Assis Ribeiro. Os projetos fundiários fortaleceram as cidades de Pimenta Bueno, Vilhena, Espigão D'oeste. Já o PA Corumbiara, juntamente com os distritos de Costa Marques – atual município homônimo - e Pedras Negras tiveram um impulso com a criação do PA Guajará-Mirim, pois houve a

entrada de mais colonos no espaço e com isso puderam receber verbas do Governo Federal.

O quadro institucional da realização de um desenvolvimento rural integrado em Rondônia é fornecido pelo PDRI-RO (Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado). O objetivo essencial é consolidar a situação nas zonas de colonização existentes em Rondônia. As metas são, portanto, orientadas, pelo menos a nível da concepção em direção às necessidades fundamentais dos camponeses interessados. ' A medida central do PDRI-RO é a instalação de "Núcleos Urbanos de Apoio Rural" (Nuar), pequenas localidades urbanas dentro do espaço rural no curto raio de ação para um total de cerca de 1.000 famílias de camponeses. No início, foi prevista a instalação de 39 Nuar. Entretanto, os planos foram limitados aos 20 Nuar realizados até 1984. [...] A assistência do Estado, qualquer que seja o setor, no âmbito do Polonoeste, está ligada ao Nuar. É dentro da zona de influência definida do Nuar que as estradas de penetração são reconstruídas. É nesta parte da zona rural que os camponeses deveriam receber uma assistência agrícola reforçada. Nestas áreas de influência dos Nuar o Estado deveria aumentar a assistência médica e sanitária. Enfim, é nestas partes do espaço rural que o Estado tenta, através da formação de "Comissões de Desenvolvimento Rural" (CDR), organizar a participação da população para a realização do programa. As instituições responsáveis por estes diferentes aspectos se localizam no Nuar e, desta forma, estão próximas aos camponeses. No Nuar, estão localizadas, além destas instituições que trabalham na zona rural, um posto de saúde, uma escola primária e um armazém da Companhia Brasileira de Armazenamento (Cibrazem). O Nuar é, portanto, fundado sobre a ideia de melhorar as condições de vida da população rural, aperfeiçoando assim a infraestrutura rural e intensificando a assistência. Para se chegar a este ponto, o meio utilizado é a proximidade com os "serviços centrais" e com a assistência governamental para com os camponeses. O Nuar tem, portanto, de alguma forma, uma função de mediador entre "cidade" e "campo". Entretanto, o modelo do Nuar nos faz pensar no sistema das localidades centrais dentro dos projetos de colonização da Transamazônica que, aliás, fracassou. [...] No que se refere à realização das medidas do PDRI-RO, devemos constatar, entretanto, um contraste considerável entre plano e realidade (COY, 1984, p. 187 *sic*).

Com a implantação desses núcleos urbanos em virtude da demanda produzida pela colonização - que posteriormente cresceram e tiveram autonomia político-administrativa - esses necessitavam se conectar aos municípios existentes em Rondônia no início da década de 1980 (Porto Velho, Guajará-Mirim, Ji-Paraná, Vilhena, Ariquemes, Cacoal e Jaru), daí a abertura da malha viária federal, estadual e municipal. Esse ordenamento visava formas de valorização do espaço, com eixos de: penetração, de povoamento, de inovações técnicas, econômicas e a direção prioritária dos fluxos, bem como solucionar problemas que ocorreriam de acordo com a implantação e desenvolvimento dos projetos.

O processo de distribuição de terras pelo Governo Federal, representado pela autarquia do INCRA possuía o objetivo básico de assegurar a correção das atividades existentes na composição fundiária do país. A transformação e o aumento da produtividade agrícola, condição de fácil acesso à terra das famílias e dos pequenos produtores rurais, a elevação da renda, a preservação e a revitalização das áreas e o

engajamento do homem sem terras ao processo de desenvolvimento brasileiro, eram objetivos que em grande maioria ficaram somente no papel.

Os métodos de programação operacional que foram utilizados nos projetos de assentamento de agricultores estavam voltados essencialmente aos arranjos fundiários, esses objetivavam a definição, a situação do loteamento, distribuição física das parcelas e fixação dos limites do projeto e das áreas destinadas a serviços. Constitui-se um conjunto de elementos físico-jurídicos indispensáveis ao funcionamento, estes como pré-requisito para o bom desenvolvimento do empreendimento.

Nos planos de loteamentos das áreas dos projetos implantados em Rondônia, pelo INCRA, foram elaborados para demarcação de parcelas com módulos de 50 hectares (em projetos de assentamento rápidos, colônias agrícolas); 100 ha, como módulo utilizado nos 05 PICs e no PAD Marechal Dutra; e 250 ha no PAD Burareiro. O critério utilizado para o assentamento dos colonos nestes módulos foi o nível de capacitação econômica e administrativa, o que incluem a força de trabalho da família.

O sistema escolhido para a disposição física dos lotes foi a “espinha de peixe” com lotes retangulares. Os de 100 ha possuem 500 metros de frente por 2.000 metros de fundo, geralmente dispostos em um eixo de estrada principal (espinha dorsal) e diversas estradas vicinais de penetração cortando-a no sentido transversal.

O fechamento dos garimpos em 1971, o abandono dos seringueiros em virtude de melhores horizontes de trabalho abertos com a construção da BR-364, e a possibilidade de se tornarem proprietários de uma parcela nos Projetos de Colonização do Governo Federal provocaram invasões desordenadas em Terras Indígenas, Unidades de Conservação e “terras sem dono” (LEONEL Jr., 1995; PEDLOWSKI; DALE; MATRICARDI, 1999; KOHLHEPP, 2002; FELZKE *et al.*, 2014).

Os colonos em sua maioria constituíam-se de grande contingente de agricultores sem-terra, oriundos em sua maior parte do Sul do país e um pequeno grupo de capitalistas do Sul e Sudeste interessados em adquirir terras no Território de Rondônia. Também se estabeleceram algumas famílias nos núcleos populacionais existentes com a finalidade de dedicarem-se às atividades urbanas, e, sobretudo ao comércio com os moradores do entorno dos núcleos populacionais (posteriormente passaram para municípios), que necessitavam de sal, carne enlatada, tecido e outros gêneros de utilidade que eram utilizados pelos colonos.

[...] grupos interessados - oriundos da região Centro-Sul, sobretudo de São Paulo - que passaram a transacionar terras visando principalmente à especulação, outros a ampliação das atividades extrativas tradicionais da borracha e da castanha ou a

implantação de projetos agropecuários apoiados nos Incentivos Fiscais (IBGE, 1977, p.227-228 *apud* PINTO, 1981, p.22).

Os PICs foram projetos nos quais o INCRA assumiu a responsabilidade de implantação da organização territorial, da infraestrutura, da administração, da realização de assentamentos, da titularização aos beneficiários, de promover a assistência técnica, o ensino, a saúde e a previdência social, a habitação rural, a empresa cooperativa, o crédito e a comercialização. Contudo, como foi possível constatar, essas primazias de benfeitorias que seriam realizadas, em muitos casos não se efetivaram e ficaram apenas no terreno das intencionalidades governamentais.

O PIC Ouro Preto, criado em 19 de junho de 1970, na área desapropriada para colonização pelo Decreto-Lei nº 63.104 de 15/08/1968 e, posteriormente considerada indispensável à segurança para o desenvolvimento nacional, pelo Decreto-Lei 1.164 de 01/04/1971, teve sua efetiva implantação em janeiro de 1971, com o assentamento das primeiras famílias, estas que sofreram grandemente com as endemias – principalmente malária - da microrregião em que estavam localizadas.

Em 07 de abril de 1971 a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC passou a atuar na área para implantação da cultura cacaueira e em janeiro de 1975, a Assistência Técnica e Extensão Rural de Rondônia - ASTER e Companhia Brasileira de Armazenagem - CIBRAZEM passaram a ter participação efetiva no desenvolvimento das tarefas peculiares. A partir de 1972 a Superintendência da Borracha - SUDHEVEA também se instalou na área para promover o desenvolvimento do sistema cooperativista, em 18/03/1972 foi criada a Cooperativa Integral de Reforma Agrária – CIRA/PICOP para auxiliar as demandas dos produtores instalados no PIC Ouro Preto.

Em relação aos PADS o órgão fundiário responsabilizou-se pela organização territorial e implantação da infraestrutura, selecionou e assentou os beneficiários desses projetos, os “parceleiros” - eram assim chamados por pagarem seu lote ao INCRA em parcelas. Estes deveriam ser mais especializados que um trabalhador sem-terra. Eles precisavam ter um mínimo de conhecimento agrícola e ao mesmo tempo, algum recurso financeiro e experiência para a obtenção de crédito bancário.

O Projeto Fundiário Jaru/Ouro Preto, criado em 22/09/1975 com área de jurisdição abrangia os municípios de Guajará-Mirim, Porto Velho, Ariquemes, Cacoal, e Ji-Paraná – com sede administrativa nesta última cidade, distante 362 quilômetros da capital e com acesso pela BR 364. Dentro da área do projeto estão localizados os PADs Marechal Dutra e Burareiro, os PICs Ouro Preto e Padre Adolpho Rohl, a Terra Indígena Lourdes, a

Reserva Biológica do Jaru e um loteamento rural de propriedade de Colonizadora Calama⁸ na gleba Pyrineus.

Com esta breve contextualização, pode-se observar o direcionamento tomado por alguns dos planos e projetos executados pelo Estado brasileiro para o ordenamento espacial em Rondônia. Atuando com um pensamento exógeno limitado a resolver conflitos existentes em outras áreas do país, resultou no desenvolvimento de novos conflitos rurais e urbanos.

Tendo em vista a atual aceleração da migração e a penúria de terras de colonização, esta situação já não é mais transitória para uma grande parte desta população urbana, mas torna-se permanente. O perigo de uma marginalização já não parece fictício devido à capacidade de absorção limitada da economia urbana (COY, 1988, p.178).

O crédito oferecido pelo Estado para sanar as necessidades estruturais reproduzidas no campo e nas áreas urbanas não foram suficientes e os colonos com suas esposas abriram a floresta algumas vezes no terçado, outras no machado. Homens e mulheres faziam a queimada para espantar insetos e preparar o solo para plantação e a mão-de-obra na maior parte dos casos era familiar. Alguns sem condições para pagar mão-de-obra submetiam-se a trabalhar para terceiros com intuito de adquirir terras como forma pagamento.

Com isso, firmavam contrato com outros posseiros, grileiros e até mesmo donos de fazenda, para trabalharem na derrubada, na aragem e cultivo da terra e depois de determinado tempo ficavam com um pedaço de terra que o contratante repassava para eles, sem documentação alguma. Além dessa, existiram distintas maneiras encontradas para adquirirem ou consolidarem a posse da terra.

Com o espaço sendo cada vez mais produzido e estruturado surge uma nova frente migratória, planejada e colocada em prática com novos incentivos desenvolvidos pelo Estado, é um novo ordenamento espacial para Rondônia.

A DINÂMICA ECONÔMICA EM RONDÔNIA

Se para a execução dos projetos de ordenamento o Estado brasileiro posicionou-se de forma decisiva e impôs o controle político de Rondônia que por pertencer a região Amazônica teve a:

⁸ De acordo com Felzke *et al.* (2014) a área da empresa foi obtida de forma obscura e marcada por violentos conflitos entre camponeses, posseiros e a colonizadora, adianta ainda que apesar disso os camponeses resistiram até que houvesse a intervenção do INCRA, por meio de um programa de regularização fundiária.

Implantação de redes de integração espacial. [...] Primeiro, rede rodoviária, ampliada com a implantação de grandes eixos transversais como a Transamazônica e Perimetral Norte, e inter-regionais como Cuiabá-Santarém e Porto Velho-Manaus. Segundo, a rede de telecomunicações comandada por satélite, que difunde os valores modernos pela TV e estreita os contatos por uma rede telefônica muito eficiente. Cerca de 12.000 km de estradas foram construídas em menos de cinco anos e um sistema de comunicação em micro-ondas de 5.110 km em menos de três anos. Terceiro, a rede urbana, sede das redes de instituições estatais e organizações privadas. Finalmente a rede hidroeétrica, que hoje se estende para fornecer energia, o insumo básico à nova fase industrial (BECKER, 1994, p.14).

Neste sentido, uma das ações implantadas em Rondônia e que garantiu a infraestrutura de apoio aos migrantes foi o polêmico Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil – POLONOROESTE, com aproximadamente 1 bilhão de dólares que possibilitou a pavimentação da BR-364 e a criação de NUARs e ainda contemplava

[...] ações de apoio aos agricultores, preservação do meio ambiente e proteção das comunidades indígenas, os resultados foram nefastos principalmente ao meio ambiente e aos indígenas, ao ponto do Banco Mundial – BIRD, financiador do Programa, reconhecer publicamente o grande equívoco que havia cometido, em razão das pressões de entidades ambientalistas mundiais (ALMEIDA SILVA e LEANDRO, 2010, p.65).

O grande mérito do Programa foi a implantação do primeiro zoneamento socioeconômico e ecológico do então Território Federal de Rondônia e forneceu a infraestrutura necessária para sua posterior transformação em Estado. Ainda que permeado por falhas de execução, no Programa foram criadas as Terras Indígenas - Tis Rio Branco, Uru-Eu-Wau-Wau, Tubarão-Latundé (Rondônia) e o Parque Indígena do Aripuanã que engloba terras do Mato Grosso, o que foi importante no sentido de conter o avanço do desmatamento nestas áreas protegidas e das Unidades de Conservação - UCs.

Por outro lado, o POLONOROESTE contribuiu para acelerar desmatamentos e queimadas em áreas com melhor qualidade de solos, o que se configura no centro dinâmico econômico de Rondônia. É neste contexto que para tentar diminuir os impactos produzidos pelo Programa que no final da década de 1980 o Estado busca a ordenação territorial, através do instrumento como Zoneamento Socioeconômico-Ecológico – ZSEE.

A primeira aproximação do ZSEE teve início em 1986, e segundo Bizzo (1999) deveria possuir o “princípio ordenador” para sanar as resistências sociais referentes a divisão territorial implantada no Estado de Rondônia, até aquele momento. Esta aproximação compreendia seis zonas específicas e suas subzonas, onde previa-se atividades produtivas de baixa, média e alta intensidade, de uso sustentável, áreas de

proteção integral, entre outras, mas sua essência era focada mais nos aspectos econômicos.

Para corrigir as falhas e os impactos sociais, econômicos e principalmente ambientes do POLONOROESTE, em 1992 o governo brasileiro implanta o Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia – PLANAFLORO com financiamento do Banco Mundial com recursos na ordem aproximada de 167 milhões de dólares para promover o desenvolvimento regional do Estado, porém com a maior parte dos recursos empregados para o meio ambiente.

Estes recursos permitiram a criação da quase totalidade de TIs e das UCs. A coordenação deste Plano era semelhante ao do POLONOROESTE e envolvia as participações dos governos Federal, Estadual e Municípios, além da participação efetiva de órgãos não governamentais (ONGs), o que deu um caráter diferenciado por ser participativo, o que não ocorrerá no primeiro caso.

No PLANAFLORO se efetiva a segunda aproximação do ZSEE com três grandes zonas e nove subzonas, com estudos técnicos mais aprofundados e com escalas mais adequadas para compreender a complexidade do uso e ocupação do solo e dos recursos hídricos, onde se estabeleceu a criação de criação das áreas de UCs e TIs, de modo a atender aos dispositivos da Lei 9.985/2000, entendidas como o espaço territorial e seus recursos ambientais, além assegurar aos direitos indígenas à posse da terra e salvaguarda de seus modos de vida e suas culturas.

Neste sentido, o ZSEE de Rondônia possui as seguintes zonas e respectivas áreas destinadas aos mais distintos usos, porém destacamos as subzonas 3.1, 3.2 e 3.3 devido suas características especiais, conforme a Lei Complementar n.º 233, de 06 de junho de 2.000:

[...] Art. 7º - A Zona 1, composta de áreas de uso agropecuário, agroflorestal e florestal, abrange 120.310,48 km², equivalentes a 50,45% da área total do Estado.

[...] Art. 8º - A Zona 2 é composta de áreas de uso especial, abrangendo 34.834,42 km², equivalentes a 14,60 % da área total do Estado, destinada à conservação dos recursos naturais, passíveis de uso sob manejo sustentável.

Art. 9º - A Zona 3 é composta de áreas institucionais, constituídas por aquelas protegidas de uso restrito e controlado, previstas em lei e instituídas pela União, Estado e Municípios, abrangendo 83.367,90 km², equivalentes a 34,95 % da área total do Estado.

Art. 21 - A Subzona 3.1, composta de áreas constituídas pelas Unidades de Conservação de Uso Direto, abrange 18.081,29 km², equivalentes a 7,58 % da área total do Estado.

Art. 22 - A Subzona 3.2, composta de áreas constituídas pelas Unidades de Conservação de Uso Indireto, abrange 23.752,50 km², equivalentes a 9,96 % da área total do Estado.

Art. 23 - A Subzona 3.3, composta de áreas constituídas pelas Terras Indígenas, abrange 41.534,11 km², equivalentes a 17,41 % da área total do Estado.

No caso das UCs de proteção integral e de utilização sustentável, Rondônia possui 04 Estações Ecológicas, 04 Reservas Biológicas, 06 Parques Florestais, 24 Reservas Extrativistas, 11 Florestas Estaduais e 02 Florestas Nacionais. O Estado conta ainda com 28 Tis, das quais 22 homologadas, 01 de uso restrito, 03 em identificação, 01 em ampliação, 01 reservada (urbana), as quais abrigam mais de 30 povos (ALMEIDA SILVA, 2015) e uma população estimada de 12.015 pessoas, sendo 2.906 urbanas e 9.109 nas TIs (IBGE, 2010).

Para além do ordenamento proposto pelas esferas estatais, a partir do final dos anos 1990, as porções sul e sudeste rondonienses passaram por várias transformações na paisagem, notadamente pelo impulso econômico em decorrência do agronegócio da soja que substituiu as plantações de milho e arroz. Essas transformações são constatadas tanto na zona urbana quanto rural e marcam um novo dinamismo que propicia novos arranjos espaciais.

Essa substituição das pastagens pelo agronegócio da soja deu-se em função da topografia da região, o que facilitou o processo de preparação do solo, tanto na sua composição orgânica e química, quanto na limpeza das áreas destinadas ao plantio dessa leguminosa, a qual tem apresentado boa produtividade e lucratividade aos produtores. O incremento das áreas de soja antes restrita em quatro municípios da região de Vilhena, no sul do Estado, e que propiciou o dinamismo econômico, expandiu-se para outros sete, inclusive a parte norte rondoniense, onde se localiza Porto Velho que conta com porto graneleiro voltado à exportação.

A Embrapa, órgão estatal, tem estimulado cada vez mais o plantio dessa oleaginosa e implantou em 2013 por meio do Programa de Soja da Embrapa “Unidades Demonstrativas de cultivares de soja convencional e transgênica em cinco municípios de Rondônia: Vilhena, Cerejeiras, Castanheiras, Ariquemes e Porto Velho, abrangendo quase todas as regiões potenciais para o grão no Estado” (EMBRAPA, 2014).

Concomitantemente ao avanço da soja ocorre o deslocamento da agropecuária para o norte de Rondônia e sul do Amazonas, o que implica na conversão de florestas em novas áreas destinadas às pastagens. No caso a bovinocultura rondoniense⁹ possui um dos maiores rebanhos do país com 12.750.449 de cabeças (RONDÔNIA, 2015), o que coloca o Estado no *ranking* nacional como um dos mais produtores de carne.

⁹ Das 124.844 propriedades rurais existentes em Rondônia, em 90.644 delas possui pecuária de corte e leiteira (IDARON, 2015), o que demonstra a importância do setor para a economia regional. Os dados do SIDRA/IBGE indicavam que em 1970 o rebanho rondoniense era de 23.125 cabeças e em 2014 atingiu exatos 12.744.326 cabeças.

Em razão do seu expressivo rebanho estão instalados frigoríficos de empresários locais até multinacionais como a JBS-Friboi em praticamente todas as microrregiões de Rondônia. Estima-se que a metade da carne bovina rondoniense seja comercializada no mercado externo em países como Egito, Reino Unido, Venezuela e China. Devido à essa dinâmica organizacional, Rondônia ainda está em plena ascensão, com novos planos para receber mais atrativos econômicos de empresas que visam expandir suas divisas.

A expansão do agronegócio pode ser explicada pela necessidade de consumo cada vez mais crescente em âmbito internacional, daí a importância do setor no Estado que é motivada pelo avanço do capitalismo e a modernização do campo, esta que se traduz na inovação tecnológica da pecuária de corte e da produção de soja, voltados à exportação.

Neste contexto, outra produção em franca ascensão em Rondônia é a produção de peixes em cativeiro em pequenas, médias e grandes propriedades, com o apoio do Estado, de forma que esta Unidade da Federação se destaca no cenário nacional quanto à produção, especialmente, de tambaqui *Colossoma macropomum*. Entretanto, o setor ainda carece de infraestrutura como frigoríficos, os quais deverão ser implantados e implementados pela iniciativa privada.

Para Silva (2007) todos os fluxos de capital são moldados pelos movimentos financeiros, desse modo o agronegócio em Rondônia como a soja são investimentos privados, mas com a participação do Estado que auxilia em sua consolidação.

A produção de soja e a expansão da pecuária moderna constituem-se como os principais produtos destinados à exportação e formam o eixo do agronegócio. A cultura da soja está circunscrita ao sul de Rondônia, ao passo que a pecuária de corte abrange todos os municípios, sobretudo, os que estão no eixo da Rodovia BR- 364, [...]. Na mesma projeção e convergente com a dinâmica do agronegócio, a renovação da malha de transportes (hidrovias e rodovias) parece ser crucial à realização dos fluxos destinados ao mercado global. Aqui, as escalas de produção e de consumo são diferenciadas, mas sua realização, enquanto totalidade são indissociáveis (SILVA, 2007, p. 04).

Neste sentido, se constata que Rondônia mediante as transformações e dinâmicas espaciais saí da condição de extrativista no final dos anos 1960, torna-se agrícola na década de 1970 até meados dos anos 1990 e assume desde então a característica de ser uma plataforma de agroexportação. Daí o questionamento: quando será que efetivamente se tornará um Estado agroindustrial, de forma a verticalizar sua potencialidade dentro do setor primário? A resposta para isso, dependerá das demandas e respostas do mercado, o que nos leva a reflexão de Giddens (1991) sobre o “encaixe” e “desencaixe” e da globalização “como a intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam

localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa” (GIDDENS, 1991, p.69).

É nesse movimento que a Amazônia, particularmente, Rondônia assume uma condição especial ao servir como um Estado fornecedor de matérias-primas essenciais ao “desenvolvimento” do país e ao atendimento do mercado internacional.

Dentro deste cenário, Rondônia além de apresentar sua própria dinâmica social, política, econômica e ambiental é diretamente envolvida nas lógicas de interesse nacional e internacional, fato esse que decorre como elemento de transformações territoriais a construção de UHEs como as do Complexo Rio Madeira, cuja função é auxiliar na promoção do desenvolvimento do país – ainda que os benefícios sejam reduzidos e os impactos serem de grande alcance para a região.

Neste sentido, após o Ministério de Minas e Energia identificar a possibilidade de construção das UHEs Santo Antônio e Jirau, observaram quais seriam as viabilidades e problemáticas para implantação das obras. Na época dos estudos não havia oferta de mão-de-obra suficiente no Estado, todavia, em meados de 2008, outro fluxo migratório tomou conta de Rondônia, principalmente no município de Porto Velho (Capital), Jaci-Paraná e Mutum-Paraná (atualmente Nova Mutum), devido as oportunidades de trabalho para fixação de novos moradores, além dos que já habitavam o lugar.

Não foram operacionalizadas melhorias na infraestrutura urbana para as cidades como Porto Velho, que seria impactada pelos migrantes que viriam agregar o quadro logístico da construção das hidrelétricas como mão-de-obra.

A construção dessas UHEs promoveu grandes transformações no espaço geográfico rondoniense, sobretudo, no município de Porto Velho. Para Stolerman e Castro (2013), as obras tiveram grande incentivo das três esferas do poder, com a vinculação de mídias favoráveis para conseguirem que a população aceitasse a implantação dos empreendimentos; houve o comprometimento por parte do Estado e empresas que medidas mitigadoras e compensatórias chegariam para aqueles que iriam ser atingidos pelas obras.

Essas medidas não foram suficientes para debelar os problemas, visto que a Prefeitura e Governo estadual não realizaram a aplicação dos recursos que tiveram como contrapartida social e ambiental, nem tampouco cobraram obras que estavam sob a responsabilidade dos empreendimentos. O que viu foi a pulverização de recursos financeiros em objetivos difusos, sem concretude, de modo que a população sente os reflexos dessa ineficácia, particularmente, aqueles que foram diretamente atingidos.

Assim, pode se dizer que os empreendimentos hidrelétricos em Porto Velho produziram um desordenamento espacial, o qual o poder executivo estadual e municipal mostra-se impotente para resolver a problemática existente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constata-se no texto que a base da ocupação rondoniense e seu crescimento passaram por alterações significativas, e os projetos do Governo Federal e Estadual foram de suma importância para as transformações e organizações políticas e administrativas do Estado.

A organização hierárquica de Rondônia deu-se por meio da implantação da Capital e das cidades (municípios), a maioria como resultado dos NUARs, projetos executados para auxiliar nos programas do Governo Federal, que ao serem postos em prática no antigo Território Federal de Rondônia (como os PICs, PADs e outros) promoveram profundas alterações no espaço geográfico regional. Complementarmente ao Estado, a inserção econômica por parte da iniciativa privada tem promovido a modernização do campo, por meio de tecnologias e do agronegócio que também produzem dinâmicas e (re)arranjos espaciais; não se pode descartar a participação de homens e mulheres que em seus cotidianos também oferecem suas parcelas de contribuição no sentido de (re)construir o espaço rondoniense, por meio de suas atividades laborais.

Outra configuração do espaço rondoniense, na atualidade, é o papel exercido pelas UHEs que proporcionaram distintos e importantes impactos sociais, econômicos e ambientais, muitos dos quais ainda não mensurados pelo Estado e sociedade – ainda que por outro lado é relevante para o crescimento econômico do país.

Pode-se afirmar que Rondônia, desde sua criação, ainda não tem uma configuração econômica fixa, o que reflete diretamente em seu espaço geográfico. O constante (re)ordenamento de seu espaço engendra novas configurações sociais, políticas, econômicas e socioambientais, onde deu-se uma migração inicialmente voltada à ocupação e ao uso da terra, perpassa ainda a uma migração direcionada à constituição de mão-de-obra das UHEs do Madeira, e ramifica-se com agronegócios.

Fatores esses que justificam a necessidade da realização da terceira aproximação do Zoneamento Socioeconômico e Ecológico para o Estado, com o objetivo de reordená-lo espacialmente e com isso encontrar outras oportunidades que aliem o desenvolvimento econômico com a melhoria da qualidade de vida da população e a proteção/conservação ambiental para as atuais e futuras gerações. Essa questão é imprescindível, visto que

decorridos mais de 40 anos da colonização várias problemáticas persistem, entre elas destacam: a violência decorrente de conflitos agrários e fundiários; a sobreposição de UCs; a precária qualidade de vida (falta de acesso à água, ao saneamento básico, à saúde, entre outros); a falta de regularização fundiária, etc., as quais “impedem” a aplicação de políticas públicas, principalmente, para aqueles menos providos de meios econômicos necessários à sobrevivência.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA SILVA, Adnilson de. **Entre a floresta e o concreto**: os impactos socioculturais no povo indígena Jupaú em Rondônia. Jundiá: Paco Editorial, 2015.

_____.; LEANDRO, E.L. Questão indígena na Amazônia, a especificidade de Rondônia: algumas considerações. *In*: AMARAL, J.J.O.; LEANDRO, E.L. **Amazônia e cenários indígenas**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.

BECKER, B.K. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1994.

_____. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? n.12. “Modelos e cenários para a Amazônia: o papel da ciência”. **Revista Parcerias Estratégicas**, 2001.

BIZZO, M. N. S. O **Zoneamento Sócio-Econômico-Ecológico e as políticas ambientais do Banco Mundial**: o caso do PLANAFLORO de Rondônia. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 1999.

BRASIL. **Cultivares de soja da Embrapa surpreendem em produtividade em Rondônia**. Brasília: EMBRAPA: 13/06/14. Disponível em <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/1825222/cultivares-de-soja-da-embrapa-surpreendem-em-produtividade-em-rondonia>. Acessado em 05 dez 2015.

_____. **Censo Demográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

_____. **Diagnóstico e perspectivas para o Território Federal de Rondônia** - setor Demografia. Rio de Janeiro: IBGE, 1977. p. 227-228.

_____. **Documentos diversos**. Disponível em http://www.mma.gov.br/estruturas/PZEE/arquivos/28_21102008094038.pdf. Acessado em 10 nov 2015.

_____. **Efetivos/Rebanhos. Banco de Dados Agrupados**. SIDRA/IBGE: 1970/2014. Disponível em <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pecua/default.asp?t=2&z=t&o=24&u1=1&u3=1&u4=1&u5=1&u6=1&u7=1&u2=11>. Acessado em 10 dez 2015.

_____. **Rondônia**: População Estimada 2015. IBGE, 2015. Disponível em <http://ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=ro>. Acessado em 11 dez 2015.

_____. **Relatório SEAC/GTR**. Documento: Assessoria Técnica. Nº 01/1974. Brasília: INCRA, 1974.

CASTRO, S. **A presença da mulher na trajetória da colonização no PIC ouro Preto/RO**. Monografia apresentada no departamento de História da Universidade Federal de Rondônia/UNIR, 2009.

COY, M. Desenvolvimento Regional na periferia amazônica: organização do espaço, conflitos de interesses e programas de planejamento dentro de uma região de “fronteira” o caso de Rondônia. Belém: NAEA, 1984. p. 167-194. Disponível em http://horizon.documentation.ird.fr/exl-doc/pleins_textes/pleins_textes_7/b_fdi_03_01/37780.pdf. Acessado em 25 nov 2015.

_____. Rondônia: Frente pioneira e Programa POLONOROESTE: O processo de Diferenciação Sócio Econômica na periferia e os limites do planejamento público. *In: Tübinger Geographische Studien*. Nº 95. Tübingen, 1987.p. 253-270.

_____. Desenvolvimento regional na periferia amazônica: organização do espaço, conflitos de interesses e programas de planejamento dentro de uma região de fronteira, o caso de Rondônia. *In: AUBERTIN, C. (Org.) Fronteiras*. Brasília: UNB, 1988. p. 167-194.

CUNHA, E. Os projetos de colonização em Rondônia. Vol. 16, ano XIII. **Zona de Impacto**. Porto Velho, 2011.

FELZKE, L.F. *et al.* Memória e resistência na migração para a Amazônia: o caso de Nova Londrina em Ji-Paraná, estado de Rondônia, Brasil. Vol. 15, nº 30. **Mundo Agrario**. Universidad Nacional de La Plata. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación. Centro de Historia Argentina y Americana, 2014. Disponível em <http://www.mundoagrario.unlp.edu.ar/article/view/MAv15n30a10/6438>. Acessado em 10 dez 2015.

FISCHER, A. *In* FIRKOWSKI, O. L. C.; SPOSITO, E. S. (Orgs). **Indústria, ordenamento do território e transporte**: a contribuição de André Fischer. São Paulo: UNESP, 2008. p.79-114.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: EdUNESP, 1991.

KOHLHEPP, G. Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira. Vol. 16, n. 45. São Paulo: **Estudos Avançados**, 2002. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ea/v16n45/v16n45a04.pdf>. Acessado em 15 dez 2015.

LEONEL Jr., M. Colonos contra amazônidas no Poloronoeste: uma advertência às políticas públicas. *In: LÉNA, P.; OLIVEIRA, A.E. (orgs). Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois*. Col. Eduardo Galvão. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1991.

LIMA, A. A. A. A participação do Ministério do Interior no desenvolvimento e na ocupação da Amazônia. *In: MENDONÇA, A. A. Q. C. Problemática da Amazônia*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante, 1969. p.13-58.

MOSER, L. M. **Formação de capital social e o ideário do desenvolvimento sustentável no mundo rural rondoniense**: a organização dos sistemas alternativos de produção dos produtores de Ouro Preto D’oeste – RO. Tese de Doutorado Ciências Sócio Ambiental e Desenvolvimento Sustentável. Belém: NAEA/UFPA, 2006.

PEDLOWSKI, M.; DALE, V.; MATRICARDI, E. A criação de áreas protegidas e os limites da conservação ambiental em Rondônia. Ano II – N. 5. **Ambiente & Sociedade** - 2º Sem. de 1999. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/asoc/n5/n5a08.pdf>. Acessado em 15 dez 2015.

PINTO, M.G.O. **Reprodução da força de trabalho em uma área de fronteira agrícola: Rondônia**. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Brasília, 1981.

RELATÓRIO Nº 8073-BR. **Relatório da equipe de avaliação – Brasil**: Projeto de Manejo de Recursos Naturais de Rondônia. Divisão de Operações da Agricultura/ Departamento de Países I/ América Latina e a Região do Caribe, 1992. 73p.

RONDÔNIA. Lei do Zoneamento Socioeconômico-Ecológico do Estado de Rondônia Atualizada. Lei Complementar n.º 233, de 06 de junho de 2.000. Disponível em <http://www.sedam.ro.gov.br/arquivos/arquivos/25-10-13-21-31-31lei%20%20233%20atualizada.pdf>. Acessado em 15 dez 2015.

_____.38ª Etapa de Vacinação Contra Febre Aftosa. Porto Velho: IDARON, mai 2015. Disponível em <http://www.idaron.ro.gov.br/Portal/Handler.ashx?OP=6&ID=122>. Acessado em 12 set 2015.

SANTOS, M. **Técnica Espaço Tempo Globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo; Hucitec, 1996.

_____. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1997.

SILVA, R. G. C. Agronegócio e novas dinâmicas territoriais em Rondônia. *In: X Simpósio Nacional de Geografia Urbana - Trajetórias da Geografia Urbana no Brasil: tradições e perspectivas*. Florianópolis, 2007. v. 1. **Anais X Simpósio Nacional de Geografia Urbana - Trajetórias da Geografia Urbana no Brasil: tradições e perspectivas**. p. 1-15.

STOLERMAN, P.; CASTRO, S. Alterações No Espaço Ribeirinho: As consequências da implantação da UHE Santo Antônio para a Comunidade Engenho Velho em Porto Velho-Rondônia/Brasil. ed.3, v.7, n.1. **Revista GeoNorte**: Manaus, 2013. p. 374-390.